



Relatório da Conferência Municipal de Meio Ambiente

SÃO CARLOS (SP)

18 de Janeiro de 2025

Organização:



**Prefeitura de
SÃO CARLOS**



Apoio:



Espaço Físico e Infraestrutura:



Composição da Comissão Organizadora:

José Wamberto Zanquin Júnior	Prefeitura Municipal de São Carlos
Bruno Prado Santos	Prefeitura Municipal de São Carlos
Maira Juliana Trevisan	Prefeitura Municipal de São Carlos
Francisco Porto Filho	Prefeitura Municipal de São Carlos
Pedro Fernando Caballero Campos	Prefeitura Municipal de São Carlos
Fernando Siqueira Magnani	Prefeitura Municipal de São Carlos
Waldemir Aparecido Soares Júnior	30ª Subseção da OAB/SP
Davi Gasparini Fernandes Cunha	Universidade de São Paulo
Érica Pugliese	Universidade Federal de São Carlos
Laert Rigo Junior	Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de São Carlos
Fernando Souza Soares	COMDUSC
Rhennan Mecca Bontempi	Associação para Proteção Ambiental de São Carlos
Flavia Torreão Thiemann	Associação para Proteção Ambiental de São Carlos

1. INTRODUÇÃO

A 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente aborda o tema central da emergência climática sob o título “Emergência Climática: o Desafio da Transformação Ecológica” dividindo em cinco eixos principais, que orientam os debates e as propostas da conferência.

O primeiro eixo, **Mitigação**, foca na redução das emissões de gases de efeito estufa, sendo o Brasil um dos maiores emissores do mundo, principalmente devido ao desmatamento, à agropecuária e ao setor de energia. É importante destacar que os compromissos assumidos internacionalmente, como a meta de desmatamento zero até 2030 e a neutralidade de carbono até 2050, além da necessidade de avançar em estratégias de proteção da vegetação nativa e no uso sustentável dos recursos naturais. O Brasil, com sua vasta biodiversidade e matriz energética limpa, tem papel crucial no enfrentamento global da crise climática, mas enfrenta desafios significativos para reduzir emissões no setor agropecuário, industrial e de resíduos.

O segundo eixo, **Adaptação e Preparação para Desastres**, trata da necessidade de desenvolver políticas proativas para lidar com os impactos já visíveis das mudanças climáticas, como secas prolongadas, enchentes e deslizamentos de terra. Estudos mostram que a maioria dos municípios brasileiros possui baixa capacidade adaptativa a eventos extremos, destacando a importância de investir em sistemas de alerta precoce, infraestrutura resiliente e estratégias locais para mitigar danos. Exemplos bem-sucedidos incluem as cisternas para convivência com o semiárido e projetos de infraestrutura verde em cidades, que não apenas reduzem impactos climáticos, mas também promovem qualidade de vida urbana.

O terceiro eixo, **Justiça Climática**, enfatiza que os impactos das mudanças climáticas são sentidos de maneira desigual, afetando desproporcionalmente populações vulneráveis, como comunidades indígenas, quilombolas e grupos em situação de pobreza. As desigualdades sociais e econômicas são exacerbadas pela crise climática, tornando essencial incorporar princípios de justiça climática nas políticas públicas, garantindo que a transição para uma economia de baixo carbono seja justa e inclusiva. O documento ressalta que as populações mais afetadas devem ser protagonistas das decisões, buscando soluções que respeitem os direitos humanos e a sustentabilidade ambiental.

O quarto eixo, **Transformação Ecológica**, explora as oportunidades econômicas e sociais decorrentes da transição para uma economia de baixo carbono. Essa transformação é vista como uma chance de inovação e inclusão social, com iniciativas voltadas para o incentivo à bioeconomia, à energia renovável, como eólica e hidrogênio verde, e à modernização das cadeias produtivas com foco na sustentabilidade. Além disso, a conservação da vegetação nativa é apresentada como essencial para garantir a estabilidade climática e o funcionamento dos serviços ecossistêmicos, como a regulação do ciclo das chuvas, fundamentais para a segurança alimentar.

Por fim, o quinto eixo, **Governança e Educação Ambiental**, destaca a importância de articular esforços entre diferentes níveis de governo e setores da sociedade para implementar políticas climáticas eficazes. A educação ambiental é apontada como um elemento essencial para ampliar a conscientização sobre a crise climática e estimular mudanças culturais e comportamentais necessárias. É importante reforçar que decisões participativas, transparentes e responsáveis são fundamentais para garantir uma transição que promova justiça social, geração de empregos e redução das desigualdades.

A conferência convoca a sociedade a participar ativamente dessa transformação, incentivando a mobilização local e o engajamento nas etapas da conferência. A 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente reforça que o Brasil tem uma oportunidade única de liderar o enfrentamento global das mudanças climáticas, utilizando suas riquezas naturais e sua capacidade de inovação para construir um futuro sustentável para todos.

2. CARÁTER EDUCATIVO E DE MOBILIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA

A 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente desempenha um papel crucial como um espaço educativo e de mobilização social, consolidando-se como um fórum estratégico para a construção coletiva de propostas voltadas ao enfrentamento da emergência climática. Mais do que um evento técnico, a conferência se apresenta como um movimento pedagógico, em que a sociedade civil, o poder público e os diversos setores da economia têm a oportunidade de dialogar, refletir e agir de forma conjunta e integrada diante dos desafios impostos pelas mudanças climáticas.

O caráter educativo da conferência se manifesta em diversas dimensões. Primeiramente, a disseminação de informações sobre os impactos da crise climática e as possibilidades de mitigação e adaptação desempenha um papel essencial para aumentar a conscientização e engajar a sociedade no enfrentamento do problema. A conferência proporciona um espaço de aprendizado onde temas complexos, como as emissões de gases de efeito estufa, a vulnerabilidade de municípios a eventos extremos e a transição para uma economia de baixo carbono, são traduzidos em debates acessíveis e participativos. Essa troca de conhecimentos contribui para o fortalecimento da cidadania ambiental, capacitando indivíduos e comunidades a adotarem práticas mais sustentáveis e exigirem políticas públicas efetivas.

Além disso, a conferência atua como uma plataforma de mobilização social, unindo diferentes atores em torno de um objetivo comum: a construção de um plano nacional capaz de responder de forma eficiente e justa à emergência climática. Ao engajar representantes de comunidades tradicionais, movimentos sociais, cientistas, gestores públicos e o setor privado, a conferência amplia a diversidade de vozes e perspectivas no debate climático. Essa abordagem inclusiva não apenas enriquece as discussões, mas também fortalece o senso de

corresponsabilidade e solidariedade, elementos fundamentais para a implementação de soluções duradouras.

O processo educativo da conferência também se materializa na elaboração de propostas para um plano nacional. As discussões em torno dos cinco eixos temáticos – mitigação, adaptação e preparação para desastres, justiça climática, transformação ecológica e governança – têm como objetivo final a formulação de diretrizes que norteiem políticas públicas capazes de enfrentar a emergência climática de maneira integrada e eficiente. Esse plano nacional não é apenas uma resposta técnica às demandas climáticas, mas também uma expressão do aprendizado coletivo que ocorre durante a conferência, refletindo os anseios e as prioridades de uma sociedade que busca construir um futuro mais sustentável.

Ao promover a educação ambiental como eixo estruturante de suas atividades, a conferência reafirma o papel do conhecimento como instrumento de transformação social. Esse compromisso se traduz na construção de estratégias pedagógicas que dialoguem com diferentes públicos e realidades, fomentando uma compreensão crítica da crise climática e fortalecendo o engajamento cidadão. Mais do que informar, a conferência busca inspirar ações concretas e fomentar a capacidade de articulação entre os diversos setores da sociedade.

Por fim, a 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente se consolida como um momento singular para o Brasil repensar suas políticas climáticas e sua trajetória de desenvolvimento. Ao unir o caráter educativo com a mobilização social e a formulação de propostas, o evento contribui de forma decisiva para a construção de um plano nacional que seja tecnicamente robusto, socialmente justo e ambientalmente responsável. Dessa forma, a conferência reafirma que enfrentar a emergência climática não é apenas uma necessidade, mas também uma oportunidade de transformar a relação da sociedade com o meio ambiente, promovendo um futuro mais equilibrado e inclusivo para as gerações presentes e futuras.

3. METODOLOGIA

A metodologia proposta para a 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente é estruturada de forma participativa e descentralizada, com o objetivo de envolver amplamente a sociedade e integrar diferentes níveis de governança na construção de soluções climáticas. O processo é organizado em etapas municipais, estaduais e nacional, com a realização de rodadas de debates em todo o Brasil. Essas etapas incentivam a mobilização de comunidades locais, organizações sociais, acadêmicas e do setor privado para identificar prioridades e propor ações concretas alinhadas aos cinco eixos temáticos da conferência.

Nas etapas iniciais, conferências municipais e livres são realizadas para promover a conscientização sobre a emergência climática e coletar propostas locais. Posteriormente, as ideias são sistematizadas e levadas às conferências estaduais, onde são priorizadas as 20 propostas mais relevantes, levando em conta as especificidades regionais. Esse processo culmina na etapa

nacional, onde delegados de todo o país discutem e consolidam as diretrizes finais, que servirão como base para um plano nacional de enfrentamento às mudanças climáticas.

A metodologia também prioriza a transparência e a inclusão, com a utilização da Plataforma Brasil Participativo, que permite o acompanhamento das discussões e o envio de contribuições por parte da sociedade. Dessa forma, o processo busca garantir que as decisões reflitam as necessidades e aspirações de diferentes segmentos populacionais, promovendo uma governança colaborativa e fortalecendo o caráter democrático da conferência.

4. RESULTADOS

4.1. Plenária de priorização de propostas

Ao todo, foram elaboradas 38 propostas nos grupos de trabalho temáticos que ocorreram entre as 9h e as 12h horas do dia 18/01/25, conforme o Quadro 1 (íntegra das propostas, ver ANEXO I). O número de votantes na plenária de propostas foi 39, cada um com 10 votos a serem distribuídos entre as propostas da forma como desejasse. Entre as 10 propostas priorizadas, apenas uma recebeu menos de 10 votos. A proposta mais bem votada recebeu 38 votos.

Quadro 1. Propostas elaboradas por Grupo de Trabalho.

GT	Número de propostas
1	9
2	6
3	3
4	10
5	10
TOTAL	38

O quadro 2 apresenta as propostas mais bem votadas por GT, sendo estas eleitas como as prioridades do município a serem levadas para etapa Estadual da Conferência.

Quadro 2. Propostas priorizadas por Grupo de Trabalho.

GT	Proposta	Votos
1	Proposta 1: estabelecimento de áreas verdes (parques, parques lineares, bosques, praças, unidades de conservação ambiental etc.) distribuídas uniformemente na geografia do município conectas entre si, priorizando espécies nativas e adequadas ao local;	19
	Proposta 2: recuperação de áreas de preservação permanente em torno dos corpos hídricos do município;	13
2	Proposta 1: Criação, implantação e manutenção de áreas verdes, incorporando técnicas de interceptação, retenção e infiltração de águas de chuva, em espaços de interesse ambiental (Praças, Parques, canteiros viários, áreas ociosas, margens de corpos d'água etc.), contribuindo para a prevenção de enchentes, minimização	23

	de ilhas de calor, melhoria da qualidade do ar, controle de erosão e recarga de aquíferos;	
	Proposta 3: Planejamento do uso e ocupação do solo, incorporando a gestão integrada por meio de Bacias hidrográficas, tanto no nível urbano quanto rural, garantindo aspectos de resiliência, segurança hídrica e prevenção de desastres, com o estabelecimento de diretrizes e guias de manejo no nível municipal;	11
3	Proposta 1: Garantir e viabilizar a participação e representatividade ativa de povos tradicionais, indígenas e quilombolas e comunidades vulneráveis em conselhos, audiências e demais espaços deliberativos e ações relacionadas à construção de políticas públicas socioambientais. Garantir que os debates resultem em ações concretas com alocação de recursos em programas municipais, estaduais e federais.	38
	Proposta 2: Destinar investimentos diretos às comunidades em maior situação de vulnerabilidade, capacitando-as para implementarem suas próprias soluções locais com apoio de instituições públicas, privadas e sociedade civil. Fortalecer e ampliar os recursos de programas que auxiliam comunidades vulneráveis a exemplo de fundos de filantropia comunitária, programa periferia viva, planos de ações climáticas etc.	24
4	Proposta 1: Plano Municipal de Cidade Inteligente e Sustentável - Elaboração do planejamento municipal que busca soluções baseadas na natureza, integrar os atores sociais: população, poder público, iniciativa privada e universidades, incentivando o uso de tecnologias inovadoras para criação de alternativas para o aumento da resiliência e mitigação de ativos/passivos ambientais do município;	16
	Proposta 10: incentivar a agricultura e pecuária sustentável; 1. priorizar técnicas agroecológicas; 2. incentivar a criação de SAFs; 3. combater o uso de pesticidas químicos, vaporizando predadores naturais; 4. promoção de agricultura orgânica e familiar; 5. promoção de hortas comunitárias e áreas de compostagem públicas.	9
5	Proposta 2: Priorizar campanhas educativas e incluir as diretrizes de educação climática no ensino escolar. Promover conscientização sobre a proteção do meio ambiente e criar espaços educativos, como parques e jardins botânicos, para sensibilizar a população e fomentar o aprendizado sobre cuidado ambiental e sustentabilidade;	16
	Proposta 7: Instituir leis municipais de preservação da biodiversidade, Lei Municipal de preservação da Mata Atlântica e Cerrado, bem como ampliar a divulgação da Lei da APREM; Desmatamento zero;	19

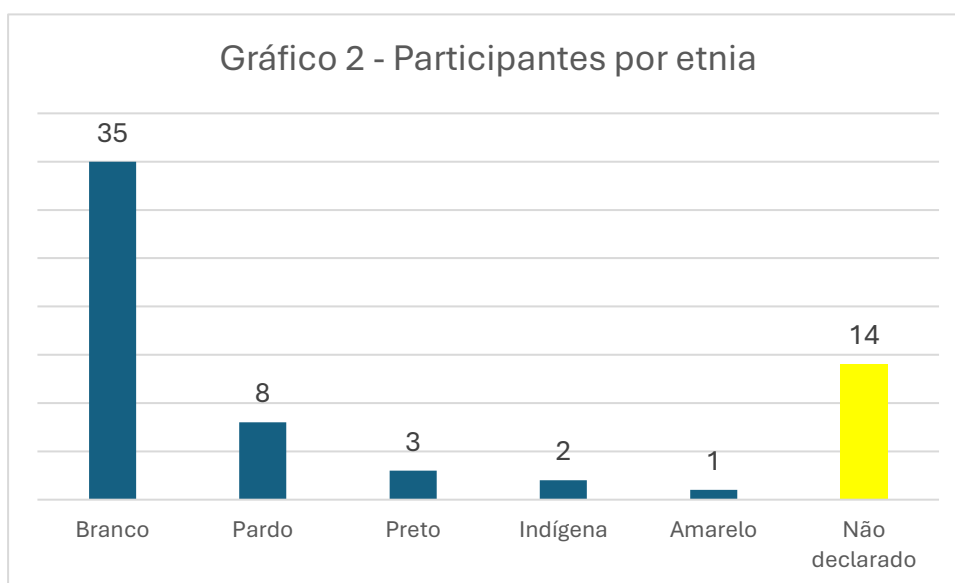
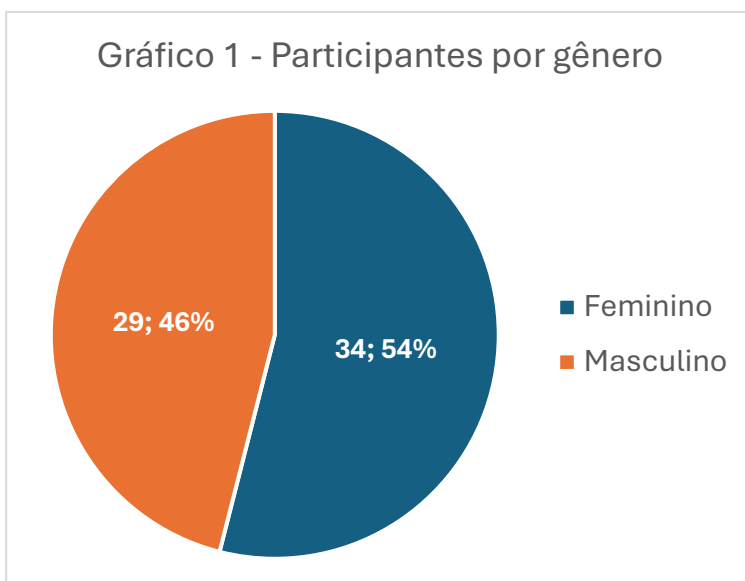
4.2. Plenária de eleição de delegados

Os gráficos 1, 2 e 3 detalham o perfil dos participantes credenciados.

Os delegados que representarão São Carlos na etapa estadual da Conferência Nacional do Meio Ambiente foram definidos de maneira transparente e com ampla participação, garantindo um processo democrático e inclusivo. Esses representantes

terão a oportunidade de contribuir ativamente na próxima fase da conferência.

Na categoria Poder Público, os três candidatos inscritos decidiram, por consenso, eleger a servidora **Maria Alice Zacharias**, da Prefeitura Municipal de São Carlos, como representante. Os outros candidatos retiraram suas candidaturas em comum acordo.



Na categoria Iniciativa Privada, dois dos três candidatos inscritos renunciaram ao longo do evento, resultando na escolha automática de **Fernando Magnani** como delegado, também por consenso.

Para a Sociedade Civil, a escolha foi feita por meio de votação online, com a participação de 37 votantes. Os delegados eleitos, conforme o número de votos, foram:

1. **Sônia Maria Couto Buck (13 votos)**
2. **Thaís Priscila de Oliveira (5 votos)**

3. Jociel Vasconcelos Araújo (5 votos)

4. Bartira Rodrigues Guerra (4 votos)

As suplentes eleitas foram **Hilvani de Carvalho** e **Gláucia Marconatto**, ambas com 2 votos.

Todos os critérios de representatividade foram respeitados, com exceção da segunda vaga destinada à iniciativa privada, que foi redistribuída para a sociedade civil, garantindo maior inclusão.

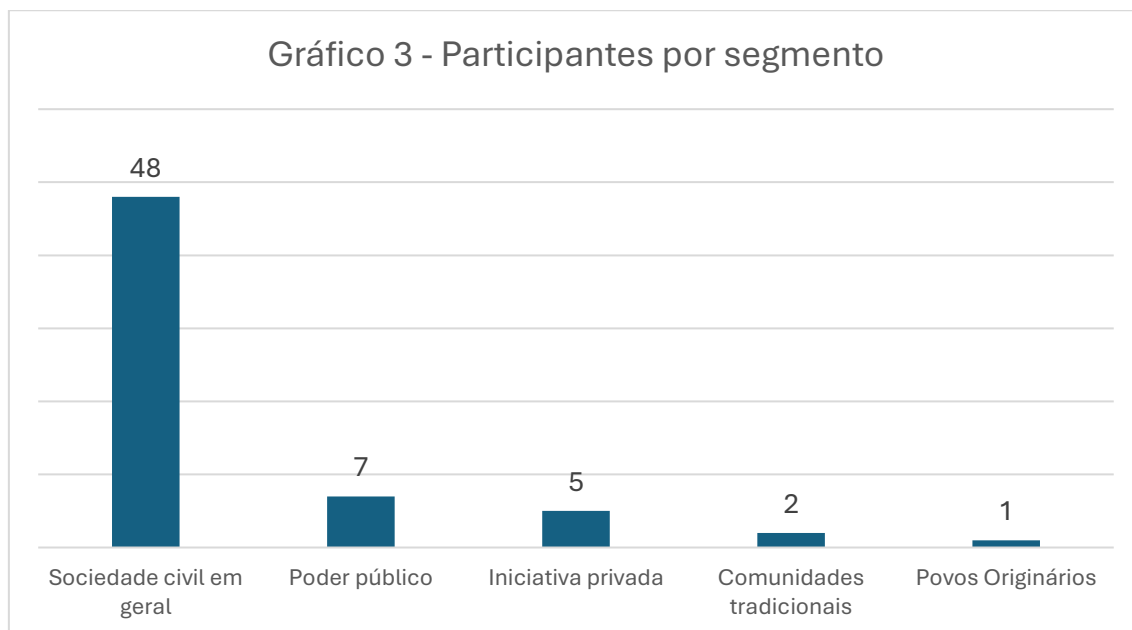
Além desses delegados, São Carlos conta com a presença de **Rhennan Mecca Bontempi**, representante nato da APASC na Comissão Organizadora Estadual, como delegado pela sociedade civil. Também foram indicados membros da Comissão Organizadora Municipal, sendo eles:

1. José Wamberto Zanquim Junior

2. Bruno Prado Santos

3. Flávia Thiemann

Essa composição reflete o compromisso com a pluralidade e a participação democrática no processo decisório.



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais da etapa municipal da Conferência Nacional do Meio Ambiente destacam o sucesso deste importante evento. Com um processo verdadeiramente democrático e participativo, conseguimos mobilizar diversos segmentos da sociedade, promovendo discussões de alto nível sobre os desafios da emergência climática e as possíveis soluções para enfrentá-la.

As propostas elaboradas durante a conferência refletem o comprometimento e a profundidade dos debates, sendo ideias claras, objetivas e alinhadas às necessidades locais e aos

eixos temáticos definidos nacionalmente. Além disso, elegemos delegados altamente qualificados e representativos, que levarão adiante as demandas do município com responsabilidade e engajamento.

Esta etapa cumpriu com excelência seu papel educativo e de mobilização, permitindo que os participantes não apenas contribuíssem para a formulação de políticas públicas, mas também ampliassem sua compreensão sobre a crise climática e o papel de cada indivíduo na construção de um futuro mais sustentável. A participação ativa da população reafirma a força do diálogo coletivo e a importância de espaços democráticos como este.

Estamos confiantes de que o trabalho realizado aqui será uma base sólida para a etapa estadual, contribuindo de forma significativa para a construção de um plano nacional robusto e inclusivo, capaz de enfrentar os desafios climáticos com justiça e eficiência.

ANEXO I – Propostas na Íntegra elaborado pelos Grupos de Trabalho (GT)

- **Propostas elaboradas no GT 1 Mitigação**

Proposta 1: estabelecimento de áreas verdes (parques, parques lineares, bosques, praças, unidades de conservação ambiental etc.) distribuídas uniformemente na geografia do município conectas entre si, priorizando espécies nativas e adequadas ao local;

Proposta 2: recuperação de áreas de preservação permanente em torno dos corpos hídricos do município;

Proposta 3: estímulo a implantação de elementos de vegetação (árvores, jardins filtrantes etc.) nas residências, empresas, prédios públicos etc. com apoio técnico e de manutenção, estabelecimento de legislação/normatização, incentivos econômicos e monitoramento;

Proposta 4: institucionalização da política de resíduos sólidos no município com: estabelecimento de coleta seletiva, coleta de grandes volumes, reestabelecimento de usina de resíduos de construção civil, implantação de aproveitamento para geração de energia, compostagem de resíduos orgânicos e programas de educação;

Proposta 5: implementação das legislações municipais existentes aprovadas (cata-treco, usina de reciclagem de construção civil e compostagem orgânica);

Proposta 6: redução de uso de embalagem plásticas por meio de leis municipais para estímulo de uso de embalagens biodegradáveis e pagamento por sacolinhas plásticas;

Proposta 7: Eletrificação da frota de transporte público (formulação de legislação e plano para adequação total ou parcial) e política de abastecimento com fontes renováveis (etanol, biodiesel ou eletricidade) da frota de veículos da prefeitura municipal;

Proposta 8: implementação de gratuidade de transporte para estimular o uso de transporte público;

Proposta 9: exigência de cumprimento do código florestal e criação de programas municipais de incentivo de práticas agropecuárias de baixo carbono.

- **Propostas elaboradas no GT 2 Adaptação e preparação para desastres**

Proposta 1: Criação, implantação e manutenção de áreas verdes, incorporando técnicas de interceptação, retenção e infiltração de águas de chuva, em espaços de interesse ambiental (Praças, Parques, canteiros viários, áreas ociosas, margens de corpos d'água etc.), contribuindo para a prevenção de enchentes, minimização de ilhas de calor, melhoria da qualidade do ar, controle de erosão e recarga de aquíferos;

Proposta 2: Fortalecimento do Sistema de Defesa Civil por meio de: equipes com servidores efetivos capacitados, definição de pontos de refúgio para pessoas e animais, sistema de alerta para notificação da população sobre riscos de desastres, utilizando sirenes, mensagens de texto e aplicativos móveis;

Proposta 3: Planejamento do uso e ocupação do solo, incorporando a gestão integrada por meio de Bacias hidrográficas, tanto no nível urbano quanto rural, garantindo aspectos de resiliência, segurança hídrica e prevenção de desastres, com o estabelecimento de diretrizes e guias de manejo no nível municipal;

Proposta 4: Aprimoramento dos serviços municipais de resíduos sólidos, incorporando efetivamente aspectos de prevenção de descarte irregular, manutenção dos sistemas de drenagem

e dos corpos hídricos, evitando ou minimizando as inundações, a proliferação de vetores de doenças e a ocorrência de incêndios e demais formas de poluição;

Proposta 5: Investimento em estratégias, metodologias e tecnologias para a gestão de riscos relacionada a questão climática (mapeamento de áreas de riscos, modelagem e simulação de eventos, criação e aplicação de indicadores de monitoramento e índices de vulnerabilidade), empenhando esforços efetivos na prevenção de desastres;

Proposta 6: Implementação efetiva de sistemas de licenciamento, monitoramento e fiscalização ambiental que afetem questões associadas aos desastres climáticos, combinando uma atuação responsável do poder público com o fortalecimento da sociedade civil (entidades e comunidade em geral), com implementação de canais de coparticipação e envolvimento de todos.

- Propostas elaboradas no **GT 3 Justiça Climática**

Proposta 1: Garantir e viabilizar a participação e representatividade ativa de povos tradicionais, indígenas e quilombolas e comunidades vulneráveis em conselhos, audiências e demais espaços deliberativos e ações relacionadas à construção de políticas públicas socioambientais. Garantir que os debates resultem em ações concretas com alocação de recursos em programas municipais, estaduais e federais.

Proposta 2: Destinar investimentos diretos às comunidades em maior situação de vulnerabilidade, capacitando-as para implementarem suas próprias soluções locais com apoio de instituições públicas, privadas e sociedade civil. Fortalecer e ampliar os recursos de programas que auxiliam comunidades vulneráveis a exemplo de fundos de filantropia comunitária, programa periferia viva, planos de ações climáticas etc.

Proposta 3: Promover medidas efetivas de reforma urbana que considerem a equidade socioambiental, com prioridade em territórios e comunidades vulneráveis. A exemplo: Aplicação de IPTU Verde; Aproveitamento mais eficiente de áreas urbanas já dotadas de infraestrutura; Ordenamento da expansão urbana; Aumento progressivo da arborização e áreas verdes; Segurança Hídrica e Alimentar.

- Propostas elaboradas no **GT 4 Transformação Ecológica**

Proposta 1: Plano Municipal de Cidade Inteligente e Sustentável - Elaboração do planejamento municipal que busca soluções baseadas na natureza, integrar os atores sociais: população, poder público, iniciativa privada e universidades, incentivando o uso de tecnologias inovadoras para criação de alternativas para o aumento da resiliência e mitigação de ativos/passivos ambientais do município;

Proposta 2: Plano Municipal de Transição Energética - Elaboração do planejamento municipal que visa estabelecer programas/ações que fomentem o estabelecimento de parcerias com a sociedade civil, universidades, poder público e iniciativas privadas buscando a implementação do uso consciente de recursos energéticos e fomentar a transição energética com tecnologias sustentáveis;

Proposta 3: Plano Municipal de Enfrentamento às Mudanças Climáticas - Elaboração do planejamento municipal que visa fomentar programas e ações contidas nos planos ambientais do município buscando soluções para o enfrentamento às mudanças climáticas por meio do uso de soluções técnico-científicas para a mitigação de passivos ambientais com o objetivo de aumentar a resiliência dos ecossistemas do município;

Proposta 4: Plano Municipal de Mobilidade Sustentável - Elaboração de planejamento municipal que visa buscar soluções ecológicas por meio da criação de soluções de mobilidade urbana

sustentável, implementar transição energética dos combustíveis fósseis para energias renováveis, incentivar o transporte público, ciclovias e pavimentação ecológica;

Proposta 5: Plano Municipal de Gestão de Resíduos - Criação/implantação/ revisão do plano municipal de resíduos sólidos e monitorar seu cumprimento e o cumprimento de suas metas, ações e programas de:

- 5.1 Coleta seletiva;
- 5.2 Educação ambiental;
- 5.3 Logística reversa;
- 5.4 Ecopontos;
- 5.5 Identificação de grandes geradores;
- 5.6 Criação de moeda verde;

Proposta 6: Renaturalização do município com a arborização rural e urbana: Programas de arborização urbana, rural que visem os cinturões verdes com espécies nativas, e de maneira que a legislação ambiental vigente seja incentivada;

Proposta 7: Programas em conjunto com o poder público e instituições federais de ensino e grupos como o Fórum de Cidadãos Participantes, iniciativa provada e os Jovens Embaixadores ou grupos de autoridade em bairros;

Proposta 8: Incentivar programas de conscientização e retomada da sociedade para que os municípios se reconectem com a natureza do ambiente em que vivem, como por exemplo o evento Ambiente-se nos Bosques, realizado no bairro Santa Marta, que conteve atividades como trilhas, realização e identificação de pegadas para aproximar os habitantes com a fauna e flora local;

Proposta 9: permeabilizar o município, reduzindo escoamento superficial às bacias hidrográficas: 1. aumentar a infiltração do solo por meio de cimento permeável; 2. aumento de áreas verdes com vegetação nativa para melhorar a infiltração do solo; 3. recuperar áreas de várzeas dos cursos d'água por meio da manutenção das margens; 4. criação e manutenção das áreas alagáveis associadas às APPs para integração dos ecossistemas;

Proposta 10: incentivar a agricultura e pecuária sustentável; 1. priorizar técnicas agroecológicas; 2. incentivar a criação de SAFs; 3. combater o uso de pesticidas químicos, vaporizando predadores naturais; 4. promoção de agricultura orgânica e familiar; 5. promoção de hortas comunitárias e áreas de compostagem públicas.

- Propostas elaboradas no **GT 5 Governança e Educação Ambiental**

Proposta 1: Criar legislações, aplicar e fiscalizar a atribuição das responsabilidades – custos e penalizações – aos agentes econômicos que efetivamente produzem efeitos negativos em relação as mudanças climáticas promovendo o colapso ambiental;

Proposta 2: Priorizar campanhas educativas e incluir as diretrizes de educação climática no ensino escolar. Promover conscientização sobre a proteção do meio ambiente e criar espaços educativos, como parques e jardins botânicos, para sensibilizar a população e fomentar o aprendizado sobre cuidado ambiental e sustentabilidade;

Proposta 3: Destinar recursos ampliados, nos orçamentos e fundos públicos, para os Três Poderes coordenarem a formulação, implantação e avaliação de políticas públicas, com o fortalecimento das instituições e órgãos ambientais, a participação da sociedade, com o acompanhamento pelos órgãos de controle;

Proposta 4: ampliar a captação de recursos para EA: provenientes do Fundo Verde (COMDEMA) com edital contendo regramento para usos restritos na área ambiental com verba

específica para EA; através da reforma tributária atual captar recursos financeiros de empresas já previstos na reforma;

Proposta 5: Prover aumento da receita para EA no município na dotação orçamentária da PMSC da ordem de 10% da SMMA;

Proposta 6: Aumentar o quadro de servidores para atender a EA e exigência para que as contratações de concursados e comissionados diretamente ligados aos trabalhos da área ambiental tenham formação específica de acordo com o cargo e/ou o mínimo uma formação técnica;

Proposta 7: Instituir leis municipais de preservação da biodiversidade, Lei Municipal de preservação da Mata Atlântica e Cerrado, bem como ampliar a divulgação da Lei da APREM; Desmatamento zero;

Proposta 8: Prefeitura elaborar um cadastro de projetos de pessoas e instituições atuantes na área ambiental, investindo na EDUCOMUNICAÇÃO, a fim de informar a população sobre a estrutura municipal de preservação; criar canais amplamente divulgados com para denúncia de crimes ambientais, acompanhamento de queimadas, desmatamento, saneamento irregular, descarte irregular de RS, maus tratos animais;

Proposta 9: Plano de emergência climática com a criação de estruturas legais integradas, inclusive com entes privados para prevenção e combate às queimadas urbanas e florestais, que também tenham especial atenção à criação de refúgios e atendimentos a animais silvestres em ocasiões de incêndios, enchentes. Atendimento também a pessoas desabrigadas;

Proposta 10: Reforma tributária: contrapartida de empresas potencialmente poluidoras direcionadas para projetos de educação ambiental.